

QUAL IDEOLOGIA DE GÊNERO?
A EMERGÊNCIA DE UMA TEORIA RELIGIOSA-
FUNDAMENTALISTA E SEUS IMPACTOS NA
DEMOCRACIA.

Leonardo Nascimento

Licenciado em História e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) pela Universidade Federal de Mato Grosso. Integrante do Grupo de Estudo em Infância e Juventude na Contemporaneidade (GEIJC).
e-mail: leonardohistlet@hotmail.com

NASCIMENTO, Leonardo. Qual ideologia de gênero? A emergência de uma teoria religiosa fundamentalista e seus impactos na democracia. *albuquerque* – revista de história. vol. 7, n. 13. jan.-jun./2015, p. 85-100.

Resumo: Os discursos estão intrinsecamente ligados às relações socioculturais e ideológicas, não existem fora delas e, portanto, não podem ser analisados fora delas. Somos atravessados por formações discursivas que nos constituem como sujeitos. As formações discursivas são conjuntos de discursos atravessados por regimes de verdade que legitimam sistemas institucionais e corporais de dominação e exclusão. A sexualidade é um campo interdito e normalizado por diferentes discursos. Cabe, então, a seguinte indagação: Como operam as formações discursivas, atravessadas pelo discurso religioso-fundamentalista cristão, que interdita e normaliza a sexualidade? Para refletir sobre essa indagação, proponho analisar e desconstruir uma dada formação discursiva atravessada pelos discursos religioso-fundamentalista cristão e político-jurídico: refiro-me à “cruzada” empreendida nas vésperas da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), em 2014, por deputados conservadores, mobilizados por fundamentalistas cristãos dentro e fora do campo da representação política, contra o que foi definido como “ideologia de gênero”. Esse (pre)conceito gerou ecos que infelizmente permanecem latentes, razão pela qual me proponho a fazer tal análise.

Palavras-chave: Formação discursiva; Gênero; Sexualidade; Ideologia de gênero; Fundamentalismo cristão.

Abstract: Discourses are intrinsically linked to sociocultural and ideological relations; they do not exist outside relations and, therefore, cannot be analyzed outside relations. We are crossed by discursive formations that constitute us as subjects. The discursive formations are sets of discourses crossed by regimes of truth, which legitimize institutional and body systems of domination and exclusion. Sexuality is a blocked field, and standardized by different discourses. Thus, one has to ask: How do the discursive formations operate, crossed by the Christian religious-fundamentalist discourse that blocks and standardizes sexuality? To reflect on this question, I propose to analyze and deconstruct a given discursive formation, crossed by Christian religious-fundamentalist and political-legal discourses: I refer to the “crusade” taken on the eve of approval of the National Education Plan (NEP), in 2014, by conservative deputies, mobilized by Christian fundamentalists inside and outside the political representation field, against what was defined as “gender ideology”. This (pre)conception generated echoes that, unfortunately, remain latent, which is why I propose myself to conduct such analysis.

Key-words: Discursive formation; Gender; Sexuality; Gender ideology; Christian fundamentalism.

A sexualidade como linguagem, discurso e poder

Todo menino se interessa por trens. Suponhamos que se diga a ele que tal interesse é demoníaco, suponhamos que se coloque uma venda em seus olhos cada vez que ele entre em uma estação de trem, suponhamos que nunca se permita que a palavra “trem” seja mencionada em sua presença e que se preserve um mistério impenetrável em relação à maneira como ele é transportado de um lugar a outro. O resultado não seria que ele parasse de se interessar por trens; ao contrário, ele se interessaria pelo assunto mais do que nunca, mas carregaria consigo a noção mórbida de pecado, porque esse interesse lhe havia sido apresentado como algo impróprio. Todo menino de inteligência ativa poderia, desse modo, transformar-se em um neurastênico de maior ou menor grau. E é isso precisamente que se faz em relação ao sexo; mas, como o sexo é mais interessante que os trens, os resultados são piores. Quase todo adulto, em uma comunidade cristã, apresenta doença nervosa em grau mais ou menos acentuado, como resultado do tabu relativo ao conhecimento sexual a que foi submetido quando era criança.

Bertrand Russel. **Porque não sou cristão**, 2008, p. 46.



Há textos que dispensam análises. Entretanto, chamarei a atenção para a interface que Bertrand Russel estabelece entre o discurso religioso-fundamentalista cristão e a sexualidade interdita e normalizada. Cabe, então, a seguinte indagação: Como operam as formações discursivas, atravessadas pelo discurso religioso-fundamentalista cristão, que interdita e normaliza a sexualidade? Início essa discussão considerando que a sexualidade é um campo interdito e normalizado por diferentes discursos. O discurso religioso-fundamentalista não representa, portanto, a totalidade das formações discursivas que interdita e normaliza a sexualidade. Significa dizer que nem

todos os cristãos têm um posicionamento fundamentalista e que, para exercer poder sobre a sexualidade, o discurso religioso-fundamentalista precisa se articular estrategicamente a outros discursos, que não são necessariamente coerentes entre si. É precisamente isso que constitui as formações discursivas. Nessa perspectiva, os discursos não são estruturas linguísticas rigidamente fechadas. Coaduno com as concepções de Michel Foucault¹, de que as estruturas linguísticas são relacionais e contextuais, e de Mikhail Bakhtin², de que elas são abertas e constituídas dialógica ou polifonicamente, na medida em que portam vozes e ecos de outros sujeitos-discursos. Mikhail Bakhtin³ afirma que a linguagem é anarquizante nesse sentido, na medida em que luta contra a rigidez das estruturas linguísticas.

Os discursos estão intrinsecamente ligados às relações socioculturais e ideológicas, não existem fora delas e, portanto, não podem ser analisados fora delas. Os discursos fundam a realidade e passam a ser a própria realidade. Somos atravessados por formações discursivas que nos constituem como sujeitos. Para Michel Foucault⁴, as formações discursivas são conjuntos de discursos atravessados por regimes de verdade que legitimam sistemas institucionais e corporais de dominação e exclusão. O conceito de discurso não pode ser dissociado do conceito de poder. O poder, presente em todos os mecanismos de intercâmbio social, legitima a vontade de verdade que traduz os sistemas de dominação e exclusão, e, mais que isso, as lutas por sua apoderação. Embora não neguem o poder do capital e as hierarquias entre as classes, Michel Foucault⁵ rompe em alguma medida com a concepção marxista de poder fundada na tese de que existem apenas dois grandes grupos hierárquicos e unitários de sujeitos: de um lado a elite que detém o poder (isto é, os meios de produção) e do outro, o proletariado subordinado ao poder (isto é, aos meios de produção). Somos constituídos por diversos marcadores de identidade e diferença, sendo a posição de classe um deles. Significa dizer que o poder não pode ser detido, apenas exercido. Ele possui um caráter relacional e contextual que se ajusta à situação, dependendo da posição estratégica que se ocupa.

¹ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

² BAKHTIN, Mikhail apud AMORIM, Marília. Enunciado científico e texto polifônico. In: **O pesquisador e seu outro**: Bakhtin nas Ciências Humanas. São Paulo: Musa Editora, 2001, p. 92-145.

³ BAKHTIN, Mikhail apud STAM, Robert. De Bakhtin ao cinema. **Bakhtin**: da teoria literária à cultura de massa. São Paulo: Ática. 1992, p. 58-78.

⁴ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Op. cit.

⁵ Idem.

Todas as posições ocupadas nas relações de poder são condição de seu exercício e de sua manutenção. Incursionados pela concepção foucaultiana de poder, Marisa Vorraber Costa, Rosa Hessel Silveira e Luis Henrique Sommer⁶ consideram que as produtividades do poder superam o binarismo “dominadores” e “dominados”. Roland Barthes⁷ reforça a concepção de que o poder também é exercido através das formas contra-hegemônicas de resistência. Se as formas de resistência não fossem elas próprias exercícios de poder, a história seria estática. Do mesmo modo que as normas sempre existiram, elas sempre foram e ainda são subvertidas.

O cotidiano tem se tornado um espaço repleto de contradições e circunscrições subalternas redefinidoras da realidade. Há autores, como Adalberto Dias de Carvalho⁸, que afirmam que estamos vivendo um momento histórico de crise generalizada de valores e paradigmas socioculturais, e também educacionais. Talvez fosse mais prudente afirmar que estamos vivendo um momento histórico de críticas constantes a valores hegemônicos que sinalizam a construção (e a necessidade de construção) de novos valores. Coaduno com a concepção de Guacira Lopes Louro⁹ de que a vocação normalizadora da educação encontra-se cada vez mais ameaçada. Podemos tomar como exemplo o cenário de emergência das diferenças frente à crise conjunta da tríade disciplina, religião e tradição, embora nem sempre isso implique em igualdade de direitos e respeito à dignidade humana. Sobrevém, entretanto, que se por um lado vem-se ampliando a emergência das diferenças e com elas o avanço de algumas pautas progressistas, por outro os setores conservadores da nossa sociedade têm encontrado estratégias as mais diversas para resistir às crises supracitadas.

⁶ COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, n. 23, p. 36-61, 2003.

⁷ BARTHES, Roland. *Aula: aula inaugural da cadeira de Semiologia Literária do Collège de France*, pronunciada em 7 de janeiro de 1977. 14 ed. São Paulo: Cultrix, 1977.

⁸ CARVALHO, Adalberto Dias de. *Filosofia da educação e contemporaneidade: entre a crise e a esperança. I congresso internacional de Filosofia da Educação de países e comunidades de língua portuguesa: pessoa, sociedade e desenvolvimento: as perspectivas da Filosofia da Educação*. Universidade Nove de Julho, São Paulo, 12 p., 2009.

⁹ LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, 2009, p. 85-93.

A emergência de uma teoria religiosa-fundamentalista e seus impactos na democracia: desconstruindo conceitos e preconceitos

Inspirado na interface estabelecida por Bertrand Russel, proponho analisar e desconstruir uma dada formação discursiva atravessada pelos discursos religioso-fundamentalista cristão e político-jurídico: refiro-me à “cruzada” empreendida nas vésperas da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), em 2014, por deputados conservadores, mobilizados por fundamentalistas cristãos dentro e fora do campo da representação política, contra o que foi definido como “ideologia de gênero”. Esse (pre)conceito gerou ecos que infelizmente permanecem latentes, razão pela qual me proponho a fazer tal análise. À luz da conceituação de Jacques Derrida¹⁰, é possível afirmar que, para desconstruir algo que foi naturalizado e que nos normaliza, precisamos desestabilizar e desordenar os pares binários que determinaram e determinam interdiscursivamente, a partir do lugar fundante da norma, o lugar subordinado da diferença.

O PNE para o decênio 2011-2020 só foi aprovado em 2014, com três anos de atraso, porque deputados conservadores opuseram-se ao desdobramento do inciso III do artigo 2º voltado à superação das desigualdades educacionais, quando o documento em questão ainda era um projeto de lei. Trata-se do fragmento textual “com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. Vimos, de um lado, deputados conservadores, como Jair Bolsonaro (PP), Marco Feliciano (PSC-SP), Marcos Rogério (PDT-RO) e Pastor Eurico (PSB-PE), defendendo a preservação do fundamentalismo cristão e da chamada família tradicional e, de outro, deputados progressistas, como Angelo Vanhoni (PT-PR) (relator do PNE), Erika Kokay (PT-DF) e Jean Wyllys (Psol-RJ), defendendo valores de um Estado democrático, de direito, igualitário e laico. A principal tática do primeiro grupo para enfrentar as correlações de força progressistas foi (e é) calcada em um discurso religioso-fundamentalista cristão e em uma interpretação distorcida dos conceitos de “liberdade de expressão” e “democracia”, reduzida à “opinião ou vontade da maioria”. A principal tática do segundo grupo para enfrentar as correlações de força conservadoras foi (e é) calcada nos princípios já enaltecidos, diretamente ligados ao que podemos definir como democracia.

¹⁰ DERRIDA, Jacques apud LOURO, Guacira Lopes. Teoria *queer*: uma política pós-identitária para a educação. *Revista estudos feministas*, Florianópolis, v.9, n. 2, p. 541-553, 2001.

No Brasil, nossa forma de governo é uma democracia representativa, na qual o povo elege seus representantes políticos, delegando a eles seus interesses, o que pode acarretar em um progressivo afastamento coletivo das decisões públicas e em uma desconexão do compromisso da democracia com a coletividade e com a equalização social. Contraditoriamente, o discurso religioso-fundamentalista cristão empreendido pelos deputados conservadores acaba se tornando um instrumento hábil de manipulação política disfarçado de representação da opinião ou vontade da maioria, algo que acaba provocando grande adesão. Entretanto, como postula Stuart Mill¹¹, essa forma de governo, para ser verdadeiramente democrática, deveria implicar na representação de todos, sem distinção. Segundo Norberto Bobbio¹², a democracia é uma forma de governo fundada pela doutrina liberal que emerge na modernidade com a crise do poder absolutista, a partir dos séculos XVII e XVIII, para salvaguardar o individualismo e a igualdade na liberdade, na qual a liberdade de um indivíduo não deve suplantar a do outro como modo de garantir a igualdade perante a lei e a igualdade de direitos civis.

O estopim de todas essas disputas políticas foi a possibilidade, legalmente amparada, de promover nas escolas um combate mais efetivo à misoginia, à homofobia e à transfobia, ainda que para isso fosse necessário questionar, por exemplo, o estatuto de legitimidade do discurso religioso-fundamentalista cristão e dos saberes engendrados através dele na instituição familiar, concebida de maneira unívoca como família tradicional. Assim, isso feriria os valores da família tradicional.

A família tradicional tem um papel decisivo na manutenção do fundamentalismo cristão e dos discursos que o constituem enquanto tal. Para interditar e normalizar nossas sexualidades, o discurso religioso-fundamentalista precisa se articular estrategicamente a outros discursos, estender seus domínios discursivos à instituição familiar, na medida em que estabelece uma interface imprescindível entre ela e a instituição religiosa, em que reforça a autoridade moral dos líderes religiosos, em que outorga uma expressão de fé hegemônica e em que funda um padrão de família permeado por um determinado sistema de valores a partir dos quais se deve prestar especial atenção à educação moral e sexual das crianças e dos adolescentes. Essa concepção de educação sexual caracteriza-se, por exemplo, pelo binarismo essencialista dos papéis de gênero, regulado por uma matriz cisgênera e heterossexual que nos torna normais e inteligíveis. Na definição de Judith

¹¹ MILL, John Stuart. A verdadeira e a falsa democracia: representação de todos ou apenas da maioria? In: **O governo representativo**. São Paulo: Escala, 2006, p. 111-133.

¹² BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Butler¹³, essa inteligibilidade institui e mantém as relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero e sexualidade. Esse alinhamento compulsório entre sexo, gênero e sexualidade é aquilo que muitos teóricos das relações de gênero, como Guacira Lopes Louro¹⁴, definem como heteronormatividade. Nessa concepção, somos orientados a agir de acordo com as normas assinaladas acima, independente de nossas sexualidades. Em razão de tudo o que foi exposto, os fundamentalistas cristãos acreditam que as escolas, potenciais espaços de formação humana, não deveriam se ocupar dessas questões, visto que elas não lhe dizem respeito. Exceto quando é para defender a tal família tradicional de uma suposta ideologia de gênero!

É precisamente porque a instituição familiar é concebida de maneira unívoca e porque ela tem um papel decisivo na manutenção do fundamentalismo cristão que seus adeptos se apropriaram do conceito de “ideologia de gênero”, uma teoria religiosa-fundamentalista cristã cunhada pelo advogado argentino Jorge Scala, em uma obra intitulada “Ideologia de Gênero: neototalitarismo e a morte da família”. Nessa concepção, as teorias do campo dos estudos de gênero e sexualidade, tidas como uma ideologia, dissolveriam a família tradicional. Vale ressaltar, porém, que o campo dos estudos de gênero é mais plural do que grande parcela dos fundamentalistas cristãos é capaz de admitir.

Cabe ainda provocar uma reflexão sobre o conceito de ideologia. Em um sentido amplo, a ideologia pode ser entendida simplesmente como um conjunto de ideias, próprio de um indivíduo ou grupo, sobre um determinado assunto. Em um sentido mais restrito, como o circunscrito às teorias marxistas, a ideologia tem um sentido negativo de instrumento de dominação de classe e de legitimação da exploração. Na conceituação de Marilena Chauí¹⁵, a ideologia tem como objetivo homogeneizar a realidade e apagar as diferenças para ocultar as desigualdades sociais e nos normalizar. Se analisarmos as disputas políticas em questão a partir do sentido amplo de ideologia, os valores defendidos tanto por conservadores quanto por progressistas são ideológicos, isto é, há uma ideologia hegemônica e outra, contra-hegemônica. Se, entretanto, as analisarmos a partir do sentido restrito de ideologia, então os valores defendidos pelos fundamentalistas cristãos é que caracterizam uma ideologia (uma ideologia de gênero, inclusive!). No que

¹³ BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 15-60.

¹⁴ LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. Op. cit., p. 85-93.

¹⁵ CHAÚÍ, Marilena. A concepção marxista de ideologia. In: **O que é ideologia**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 34-101.

pese a redundância, vale ressaltar que os ideais dos teóricos das relações de gênero são contra-hegemônicos em ambas as perspectivas.

Essa defesa ferrenha da família tradicional revela que o poder também é exercido através das formas contra-hegemônicas de resistência e que as normas precisam ser cotidianamente reiteradas através do discurso para serem legitimadas. No campo político-jurídico, não basta os deputados fundamentalistas cristãos evocarem o conceito de família tradicional, nem distorcerem o conceito de liberdade de expressão e de democracia. É necessário que eles lancem mão de todos os mecanismos jurídicos possíveis para poder defender os valores em que acreditam. Em 2013, no ano em que o casamento civil igualitário foi aprovado no Brasil, o deputado Anderson Ferreira, do Partido Republicano (PR), criou um projeto de lei que dispõe sobre o Estatuto da Família¹⁶. No artigo 2º do projeto de lei, “define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre ‘um homem e uma mulher’, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”. A partir dessa definição de família, o projeto de lei dispõe ainda de uma série de direitos que não contemplariam outras configurações possíveis de família: como a criação do “Programa de Saúde da Família” intermediado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (artigo 6º); a criação da disciplina “Educação para a Família”, que seria obrigatoriamente incluída nos currículos do Ensino Fundamental e Médio (artigo 10); e a criação do “Dia Nacional de Valorização da Família” em 21 de outubro de cada ano, que seria obrigatoriamente celebrado em todas as escolas públicas e privadas brasileiras (artigo 13).

Um ano depois da aprovação do PNE, o Observatório Interamericano de Biopolítica (cujo presidente é Felipe Nery) e uma ala da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) difundiram uma campanha nacional pelo apagamento do conceito de gênero dos Planos Estaduais de Educação (PEE) e Planos Municipais de Educação (PME). Fundamentalistas cristãos de plantão (muitos católicos e evangélicos... muitos acadêmicos e jornalistas... muitos deputados e vereadores...) aderiram em peso à campanha, o que demonstra que o discurso religioso-fundamentalista cristão não é empreendido por apenas uma pequena parcela da sociedade, como costumam dizer alguns indivíduos demasiadamente otimistas. Como resultado, o conceito de gênero foi

¹⁶ BRASIL. Câmara dos deputados. **Projeto de lei PL 6583/2013**. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1174409&filename=Avulso+-PL+6583/2013.

apagado dos PEE e dos PME da maioria dos estados e municípios brasileiros, inclusive dos de Mato Grosso e de Rondonópolis (MT), onde moro atualmente.

Chama-me a atenção, por exemplo, o silenciamento da imprensa local sobre o assunto. Em uma pesquisa feita na *internet*, com algumas possíveis interseções entre os descritores “gênero”, “ideologia de gênero”, “Plano Municipal de Rondonópolis”, “PME” e “Rondonópolis”, encontrei apenas uma nota, no *site* da Diocese de Rondonópolis, produzida por Dom Neri José Tondello, presidente da Regional Oeste II da CNBB. Nela, o líder religioso reforça a importância da campanha nacional pelo apagamento do conceito de gênero dos PME, justificando que

A ideologia de gênero afirma que o homem e a mulher não diferem pelo sexo, mas pelo gênero, e que este não possui base biológica, sendo apenas uma construção socialmente imposta ao ser humano, através da família, da educação e da sociedade. Afirma ainda que o gênero, em vez de ser imposto, deveria ser livremente escolhido e facilmente modificado pelo próprio ser humano. Ou seja, ao contrário do que costumamos pensar, as pessoas não nascem homens ou mulheres, mas são elas próprias condicionadas a identificarem-se como homens, como mulheres, ou como um ou mais dos diversos gêneros que podem ser criados pelo indivíduo ou pela sociedade. Deveria ser considerado normal passar de um gênero a outro e o ser humano deveria ser educado, portanto, para ser capaz de fazê-lo com facilidade, libertando-se da prisão em que o antiquado conceito de sexo o havia colocado.¹⁷

Venho pesquisando sobre gênero, sexualidade e educação – e sobre algumas possíveis interfaces com esses temas – há pelo menos quatro anos. Entre os anos de 2012 e 2013 produzi um trabalho de conclusão de curso, orientado por Paula Faustino Sampaio, intitulado *Discursos de estudantes do curso de Licenciatura Plena em História/UFMT/CUR sobre homossexualidade*. De lá para cá, li e reli a produção intelectual de alguns bons teóricos do feminismo, das relações de gênero e da teoria *queer*, dentre os quais Simone de Beauvoir e Judith Butler, só para citar duas autoras de épocas distintas.

Está claro para mim que essas teorias não pretendem dissolver a família, mas a concepção fundamentalista e unívoca de família que interdita e normaliza nossas sexualidades, excluindo aqueles que não se ajustam às normas de gênero e sexualidade. A

¹⁷ TONDELLO, Dom Neri José. Nota da CNBB: “ideologia de gênero”. **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil: Regional Oeste II**. Publicado em 6 de junho de 2015. Disponível no *site*: <http://www.diocesederondonopolis.org.br/2015/2015/06/nota-da-cnbb-ideologia-de-genero/>

família é uma das instituições mais sólidas do mundo. Entretanto, a família tradicional é apenas uma dentre tantas outras configurações possíveis de família, assim como, felizmente, também não existe apenas uma maneira de ser cristão. Como afirma Berenice Bento¹⁸, esse modelo é apenas uma das “famílias que habitam a família”. Muitas vezes, até mesmo aquelas que são fundadas sobre uma matriz heterossexual fogem desse modelo, como as famílias nas quais as mulheres, mães ou avós, são as provedoras do lar.

Está claro para mim que o campo dos estudos de gênero é plural e, justamente por ser plural, é que há estudiosos das relações de gênero que coadunam em alguma medida com esse discurso intelectualmente desonesto. Alguns teóricos fundamentalistas cristãos das relações de gênero validam as lutas antimisoginia, mas curiosamente desvalidam as lutas anti-homofobia e antitransfobia porque consideram que os papéis de gênero binários e heteronormativos refletem uma essência divina que é cara para a manutenção da família tradicional. Como exemplo, cito fragmentos textuais de um artigo produzido por Laci Maria Araújo Alves para um jornal de repercussão regional chamado *A Tribuna*. Em um primeiro momento, a autora afirma que

[...] a palavra gênero [...] até pouco tempo era utilizada, no Brasil, para designar a luta das mulheres por mais visibilidade e igualdade social diante dos altos índices de violência praticados contra mulheres e das representações sociais instituídas ao longo da história que teimavam em manter um silêncio e um discurso sobre as mulheres como “o outro”, nas palavras de Simone de Beauvoir, e não como protagonistas da história.¹⁹

Ainda no mesmo parágrafo, a autora critica uma vertente recente dos estudos das relações de gênero, a partir da qual

[...] foi se instituindo outra visão sobre essa luta, não mais apenas por igualdade social, mas em defesa do que inicialmente foi chamado de “identidade nômade” (SWAIN, 2000) e depois, “identidade de

¹⁸ BENTO, Berenice. As famílias que habitam “a família”. *Sociedade e cultura*, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 275-283, 2012.

¹⁹ ALVES, Laci Maria Araújo. Família e desafios contemporâneos. *A Tribuna: Mato Grosso Digital*. Publicado em 24 de junho de 2015. Disponível em: <http://www.tribunamt.com.br/2015/06/familia-e-desafios-contemporaneos/>

gênero”, ou seja, a identidade deve ser construída socialmente e não mais diretamente relacionada à constituição biológica de cada ser.²⁰

Em seguida, a autora invoca a opinião ou vontade da maioria como princípio constitutivo da democracia para reforçar a legitimidade dos posicionamentos hegemônicos acerca das questões de gênero e sexualidade. Em suas próprias palavras, “a maioria ainda assume sua identidade conforme sua constituição biológica e tem valores e crenças pautados nessa concepção”. Na sua percepção, a opinião ou vontade da maioria deveria ser salvaguardada, por mais que isso suplantasse a igualdade perante a lei e a igualdade de direitos civis. Em um segundo momento, valendo-se de um posicionamento fundamentalista cristão, a autora afirma que

Tratar das questões de gênero enquanto luta por igualdade e justiça social é um aspecto que tem sido trabalhado há cerca de vinte anos em nossas escolas; desconsiderar que somos criados por Deus, mulheres e homens com papéis e lugares sociais diferenciados (dentre eles, a maternidade, negada por muitas teóricas da identidade de gênero) é outro aspecto que merece ser considerado. Uma postura é perceber e respeitar a diversidade enquanto componente de uma sociedade plural e democrática; outra é tentar impor, por meio da escola, questões que ferem princípios e valores especialmente relacionados à família, considerada no artigo 226 da Constituição Federal como “base da sociedade, com especial proteção do Estado”.²¹

Apesar de eu coadunar com Laci Maria Araújo Alves quando esta afirma que as representações sociais instituídas historicamente silenciaram as mulheres que foram tidas como “o outro (sexo)”, é necessário ressaltar que Simone de Beauvoir²² já assinalava a “servidão da maternidade” e o seu caráter culturalmente construído desde o final da década 1940, como ficou evidente em diversas passagens dos dois volumes de “O segundo sexo”. No volume I, “Fatos e mitos”, a autora afirma que “A maternidade, como fenômeno natural, não confere nenhum poder. Só resta, portanto, a mulher, se quiser superar em si mesma a tara original, inclinar-se diante de Deus cuja vontade a escraviza

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

²² BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo I: fatos e mitos**. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970, 309 p.

ao homem.”²³ Aliás, ainda que não tivesse fundado sua tese sobre o caráter performativo ou nômade dos gêneros e das identidades, ela já criticava a visão essencialista dos sexos. Aliás, é de sua autoria a frase “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”²⁴, que inspirou epistemologicamente múltiplas produções intelectuais no campo dos estudos das relações de gênero. No volume II, “A experiência vivida”, a autora afirma que

É pela maternidade que a mulher realiza integralmente seu destino fisiológico; é a maternidade sua vocação “natural”, porquanto todo o seu organismo se acha voltado para a perturbação da espécie. Mas a sociedade humana nunca está abandonada à natureza. E, particularmente, há um século, mais ou menos, a função reprodutora não é mais comandada pelo simples acaso biológico: é controlado pela vontade.²⁵

Ainda que não seja possível afirmar com segurança Simone de Beauvoir utilizou as aspas na palavra “natural”, podemos conjecturar que ela a colocou sob suspeita. À luz dessa discussão, cabem, então, as seguintes indagações: Como promover o respeito à diversidade sem desconstruir os dispositivos que impedem esse exercício democrático nas instituições de ensino? Com combater a homofobia e a transfobia (e mesmo a misoginia) sem problematizar o discurso religioso-fundamentalista cristão, que implica uma visão unívoca de família que exclui aqueles que não se ajustam às normas? Somos sujeitos de múltiplas identidades, inclusive de gênero e sexualidade, e isso precisa ser respeitado, tanto nas instituições de ensino quanto na sociedade como um todo. Assim, essa vertente dos estudos das relações de gênero mais recente que se volta às identidades nômades e considera as identidades de gênero são necessárias para desconstruir não apenas a homofobia e a transfobia, mas as identidades compulsórias que excluem aqueles que não se ajustam às normas de gênero e sexualidade. Laci Maria Araújo Alves nos dá uma pista de que essa emergente teoria religiosa-fundamentalista foi produzida como resposta à abordagem do conceito de gênero dessa vertente que ela cita, sobre a qual está assentada a teoria *queer*.

²³ Idem, p. 15.

²⁴ BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo II: a experiência vivida**. 2 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967, p. 9.

²⁵ Ibidem, p. 248.

Segundo Richard Miskolci²⁶, nessa perspectiva epistemológica, o desafio não é simplesmente superar a misoginia, a homofobia e a transfobia, mas desconstruir os dispositivos de normalização que também afetam os sujeitos que se encontram em uma posição privilegiada em uma dada relação de poder, que, uma vez ajustados às normas, aprenderão a exercer poder sobre outrem para serem reconhecidos entre os grupos hegemônicos com os quais se identificam. Existem diversos dispositivos que se inter cruzam discursivamente através de complexas formações discursivas. O dispositivo de sexualidade é um deles. Na analítica de Michel Foucault²⁷, o dispositivo da sexualidade pode ser definido como uma complexa e heterogênea mecânica discursiva de poder, forjada historicamente a partir do final do século XVIII, que produz uma série de saberes sobre o sexo, seus cuidados e suas formas de controle e resistência. Esses dispositivos implicam em um processo complexo de normalização das nossas vidas. A heteronormatividade é uma forma de normalização dos nossos corpos, sexos, gêneros e sexualidades e, por essa razão, é um alvo privilegiado dos teóricos *queers*, que não definem maniqueisticamente heterossexuais como algozes do poder heteronormativo e homossexuais como vítima desse poder, o que vai de encontro à concepção de poder de Michel Foucault, como já mencionei.

Como resposta aos discursos reproduzidos pelos adeptos da teoria religiosa-fundamentalista cristã de Jorge Scala, cito um artigo coletivo, também produzido para o *A Tribuna*, de autoria de Carmem Lúcia Sussel Mariano, Érika Virgílio Rodrigues da Cunha, Flávio Vilas-Bôas Trovão, Lindalva Maria Novaes Garske, Paula Faustino Sampaio e Raquel Gonçalves Salgado, no qual estes afirmam que,

Da forma como tem sido entendida e dita por aqueles/as que condenam “o gênero”, a sexualidade é banalizada a ponto de poder ser escolhida como se fosse um prato *à la carte* disponível em um cardápio de restaurante, como se cada um de nós pudesse optar por ser alguém um dia e, em seguida, tornar-se outra pessoa. Isto é um grandioso equívoco! A sexualidade diz respeito aos nossos prazeres, desejos, afetos, às relações que estabelecemos com o outro e com o nosso próprio corpo. É importante destacar que esses prazeres, desejos e afetos se constituem, também, nas nossas relações sociais e com a cultura.²⁸

²⁶ MISKOLCI, Richard. A teoria *queer* e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, 2009.

²⁷ FOUCAULT, Michel. O dispositivo de sexualidade. In: *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 73-123.

²⁸ CUNHA, Érika Virgílio Rodrigues da; GARSKE, Lindalva Maria Novaes; MARIANO, Carmem Lúcia Sussel; SALGADO, Raquel Gonçalves; SAMPAIO, Paula Faustino; TROVÃO, Flávio Vilas-Bôas. Por que é importante

Considerações finais

Cada vez mais, temos aprendido sobre nossos corpos, gêneros e sexualidades a partir de discursos produzidos por múltiplas instituições socioculturais. Trata-se daquilo que alguns teóricos dos estudos culturais, como Marisa Vorraber Costa, Rosa Hessel Silveira e Luis Henrique Sommer²⁹, definem como pedagogias culturais. Em linhas gerais, as instituições de ensino não têm dado conta dessa emergência das diferenças, visto que ainda estão atreladas a uma concepção de disciplina que normaliza o tempo, o espaço, as matérias (chamadas de disciplinas), os currículos (chamados de grade curricular), as práticas pedagógicas e até mesmo os nossos corpos.

Mesmo com a crise conjunta da tríade disciplina, religião e tradição e com a intermitente defesa progressista das escolas laicas e do Estado laico, as instituições de ensino ainda são concebidas como uma máquina de salvação, tal qual idealizava João Amós Comenius³⁰ no século XVII. Vale ressaltar que, na época em que o autor produziu suas obras, seria impossível pensar a educação fora de sua interdependência com a teologia, por isso é necessário termos cautela para não correremos o risco de sermos anacrônicos. Entretanto, devemos problematizar o porquê de não termos ultrapassado ainda essa mentalidade que dificulta a compreensão do compromisso da democracia com a coletividade e com a equalização social. Um dos principais desafios que os professores têm de enfrentar nesse momento conturbado da nossa história diz respeito à clareza do que é a democracia e dos limites entre o direito a uma expressão de fé e os direitos civis dos outros indivíduos, que não são obrigados a comungar dos mesmos valores morais, comportamentais e religiosos hegemônicos. Acredito que temos muito pelo que lutar. Acredito que precisamos mais do que nunca refletir sobre as concepções políticas e epistemológicas que norteiam nossas práticas pedagógicas. Acredito que precisamos problematizar nossas fobias para desconstruir aquilo que produz nossos medos e nos normaliza.

falar de gênero? **A Tribuna**: Mato Grosso Digital. Publicado em 21 de junho de 2015. Disponível em: <http://www.tribunamt.com.br/2015/06/por-que-e-importante-falar-de-genero/>

²⁹ COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 23, p. 36-61, 2003.

³⁰ COMENIUS, João Amós. **Didáctica magna**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

Por fim, cito e reafirmo a reflexão de Mariano, Cunha, Trovão, Garske, Sampaio e Salgado, na qual eles defendem que

[...] A escola é, sem dúvida, um dos espaços sociais onde se manifestam, se produzem e reproduzem relações de gênero, valores, comportamentos, ideias, que ora perpetuam preconceitos, ora os superam. [...] O desafio é indagar sobre os silêncios, os preconceitos, as práticas discriminatórias e violentas que acompanham as vidas de pessoas que rompem com padrões fixos de masculinidades e feminilidades ou de outras cujos prazeres, desejos e afetos não se enquadram em uma normatividade. O desafio é intervir de forma ética na educação, no sentido de construirmos relações mais humanas e justas, nas quais as diferenças não sejam vistas nem tratadas como inferioridades. Como diz o filósofo Walter Benjamin, é preciso educar contra a barbárie, ou seja, educar para nos sensibilizarmos pela dor do outro.³¹

³¹ CUNHA, Érika Virgílio Rodrigues da; GARSKE, Lindalva Maria Novaes; MARIANO, Carmem Lúcia Susset; SALGADO, Raquel Gonçalves; SAMPAIO, Paula Faustino; TROVÃO, Flávio Vilas-Bôas. Por que é importante falar de gênero? *A Tribuna: Mato Grosso Digital*. Publicado em 21 de junho de 2015. Disponível em: <http://www.atribunamt.com.br/2015/06/por-que-e-importante-falar-de-genero/>